



COMPREENSÃO E FAZER FILOSÓFICO NO ENSINO MÉDIO

Katiuska Izaguirry Marçal

Graduanda em Filosofia – UFSM

katiuskai@bol.com.br

Elisete Tomazetti

Resumo: Este trabalho parte especialmente da minha prática no Estágio Supervisionado do curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, realizado na 3^a série do ensino médio noturno de uma escola da rede estadual. Mas certamente conta com o respaldo teórico desenvolvido através da experiência e as leituras oportunizadas pela pesquisa da qual participo desde meados de 2004, qual seja, o projeto “Filosofia, Cultura Juvenil e Ensino Médio”, coordenado pela Profa.Dra. Elisete Tomazetti e desenvolvido através do Departamento de Metodologia do Centro de Educação e do Departamento de Filosofia. O projeto conta com uma extensa pesquisa empírica em escolas públicas da cidade de Santa Maria e envolve alunos e professores. De modo generalizado, o sujeito que pretende “ensinar filosofia” se põe frente a uma série de questões referentes a concepções básicas de filosofia, ensino, educação, ensino de filosofia e educação básica. Junta-se a essas questões, enfim, a prática como professor. Minhas aulas caracterizaram-se principalmente pelo uso de textos “clássicos” de filosofia, assim como uma constante tentativa de contextualização dos problemas filosóficos. Desta forma, as questões que mais me estimularam durante o estágio, mas que principalmente estimularam uma reflexão, posta de modo sucinto neste texto, dizem respeito à relevância do uso de textos filosóficos e da escrita como forma legítima de produção filosófica. E foi especialmente a partir desses elementos que passei a questionar sobre as possibilidades e os limites da compreensão dos estudantes em relação à disciplina de filosofia. Outra questão diz respeito à construção, por estes estudantes, de uma definição de filosofia a partir de sua experiência em sala de aula. Será que estes alunos serão capazes de dizer o que é filosofia a partir das aulas que têm no ensino médio? E se tiverem uma resposta, ela será condizente minimamente com a realidade desta disciplina? O professor deve primar para que tal possibilidade se faça, e no meu entender, a forma mais honesta de dar acesso às noções das quais estes jovens se servirão para construírem uma concepção interessante de filosofia é tratando a disciplina como atividade. Neste sentido, no ensino médio deve-se fazer filosofia. Sob tal condição, uma aula de filosofia apenas se realizará na medida em que os alunos estiverem também pensando, investigando e produzindo – o texto. Então, o texto torna-se peça essencial porquanto é a partir dele que se pensa, se investiga e se produz. Por conseguinte, análise e interpretação constituem modos de leitura filosófica. O fazer filosófico constitui-se também de um momento de produção. Se a escrita é o pensamento filosófico efetivado, então, assim como a leitura, é parte essencial desta atividade. A prática, portanto, acena com uma realidade, infelizmente comum nas escolas públicas, qual seja, o grande distanciamento de boa parte dos estudantes em relação a textos, e principalmente, textos que exigem um alto grau de complexidade e abstração. Como professora, deparei-me com um obstáculo bastante concreto: como desenvolver com estes alunos a leitura e a escrita estritamente filosóficas perante problemas de leitura e escrita muito mais amplos? Enfim, as respostas, ou,

minimamente, os caminhos pertinentes a tais questões requerem a formulação clara, pelo professor, das concepções já aqui citadas. O caminho por mim encontrado diz respeito a uma perspectiva de filosofia a partir de problemas, trabalhados através do texto clássico, mas primordialmente através do pensar e da escrita dos estudantes. Ora, se a filosofia, na forma de um processo, se realiza pela problematização, resposta ao problema e justificação da resposta, cada um destes momentos deve ser levado em conta e reproduzido pelo estudante. Assim, é papel do professor oportunizar o momento de problematização, ou seja, de criação de perguntas filosóficas pelos alunos. Mas este processo cobra do professor uma habilidade em reconhecer os problemas legitimamente filosóficos por entre as questões de seus jovens alunos; por conseguinte, um campo de conhecimentos bastante vasto e complexo para que encontre na tradição as fontes necessárias para a investigação do problema; assim como a habilidade em trabalhar com uma forma metodológica em certa medida imprevisível ao levar em conta os movimentos do pensamento dos alunos, coletivamente.

Palavras-chave: compreensão, leitura e escrita filosóficas, ensino de filosofia

Em 2008, concluí o Estágio Supervisionado pelo curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria. Estagiei em uma 3^a série do ensino médio noturno da Escola Estadual Edna May Cardoso. Tal experiência sustenta as asserções contidas neste trabalho, mas para chegar a muitas destas propostas, certamente me valeram a formação recebida durante os quatro anos de graduação e, especialmente, a experiência e as leituras oportunizadas pela pesquisa da qual participo desde meados de 2004, o projeto “Filosofia, Cultura Juvenil e Ensino Médio”. Este é coordenado pela Profa. Dra. Elisete Tomazetti e se desenvolve através do Departamento de Metodologia do Centro de Educação e do Departamento de Filosofia, ambos da Universidade Federal de Santa Maria. O projeto conta com uma extensa pesquisa empírica em escolas públicas da cidade de Santa Maria e envolve alunos e professores.

A perspectiva teórica e a prática

Seja enquanto estagiário ou como profissional já formado na graduação, o sujeito que pretende “ensinar filosofia” se põe frente a uma série de questões de fundamental importância. Deverá ele, pois, ter uma concepção básica sobre *filosofia* (para tanto é que se permitiu pensar por pelo menos quatro anos no assunto); também terá de construir idéias a respeito de *ensino* e de *educação* (a graduação escolhida é uma licenciatura); e, por conseguinte, uma compreensão razoável sobre *ensino de filosofia*; e não menos importante, dadas as condições profissionais atualmente oferecidas, deverá

buscar compreender o universo ao qual se dirigirá sua proposta de ensino (a *educação básica*). A reflexão acerca destes elementos, por sua vez, gera mais uma série de perguntas de ordem prática e mesmo conceitual. Em contrapartida, possibilita o diagnóstico sobre ações e concepções, além de constituir um conjunto uniforme de orientações para o trabalho docente. Particularmente, uma questão que envolveu todas estas esferas e me mobilizou bastante, durante o meu trabalho em sala de aula, concerne à *compreensão da filosofia* pelos jovens estudantes do ensino médio.

Meu interesse, num primeiro momento, é explicitar o processo que me levou até a reflexão sobre tais termos. Assim, é necessário voltar-se por sobre o projeto para o estágio curricular supervisionado. Tal projeto exigiu de forma sistemática, uma retomada reflexiva sobre filosofia, educação, ensino de filosofia e alunos do ensino médio. Em determinado ponto, estabeleci um conjunto de objetivos gerais e afirmei que estaria satisfeita se os alunos tivessem a oportunidade de:

- Estabelecer uma relação entre os problemas filosóficos da tradição e os próprios questionamentos, ou os questionamentos de sua geração.
- Reconhecer minimamente autores, textos e correntes de pensamento que compõem o cenário filosófico ocidental.
- Discernir entre a opinião pessoal e a argumentação filosófica.
- Opinar de modo coerente e autônomo – porém utilizando da bagagem teórica oportunizada nas aulas – através da escrita e do debate.

A análise breve e generalizada destes tópicos permite o delineamento de alguns aspectos relevantes para a minha prática na disciplina de filosofia. Um primeiro ponto diz respeito à relação da filosofia com as vivências – cotidianas ou contemporâneas. O teor abstrato da filosofia não necessariamente significa um distanciamento das questões postas por pessoas comuns a partir de problemas concretos – e com isso não se nega a existência de questões altamente especiais e referentes ao movimento próprio e interno da filosofia. Mas a perspectiva destacada visa a garantir ou privilegiar o significado cognitivo, social e existencial dos saberes filosóficos para “leigos” – porque, à medida que a filosofia apresenta esse caráter extremamente teórico, especulativo e, portanto, alheio à experiência sensível, se torna imprescindível um trabalho didático que demonstre que tais características não se chocam com a natureza especialmente humana dos problemas filosóficos mais fundamentais.

Implícita nestes objetivos está a crença de que há um conjunto instituído de obras e indivíduos a formar uma tradição. Na prática, tal asserção impõe a necessidade de recorrer sempre a “nomes ilustres” para discutir filosofia; impõe, enfim, o uso dos textos que formam a história filosófica. Filosofia é, antes de tudo, uma atividade de pensamento, mas efetiva-se culturalmente através do texto. O fato de haver problemas filosóficos que se equiparam a problemas cotidianos não significa que os problemas filosóficos não tenham sua especificidade. E se os problemas filosóficos partem de afecções sobre todo e qualquer ser humano, ainda assim, encontram as mais diversas propostas de solução em escritos tradicionalmente reconhecidos como filosóficos. Logo, se estes textos são assim reconhecidos, certamente é porque contêm certos elementos fundamentais em comum. Os textos filosóficos são desta forma, diferentes dos literários, dos informativos ou dos científicos e, portanto, não se justifica que nas aulas de filosofia, não se usem textos de filosofia. Aos alunos é dado o direito de contactar integralmente ou parcialmente a produção filosófica – assim como em literatura, ele tem o direito de ler as obras que compõem a tradição literária.

A possibilidade crítica da filosofia se encontra no conjunto de aparatos que ela oferece ao indivíduo para ele reconhecer a estrutura das próprias idéias ou das concepções que o rodeiam. E especialmente em uma sala de aula onde se encontram indivíduos famintos por afirmarem suas crenças e combaterem as alheias, é que se corre o risco da aula resumir-se em discussões sem fim, partindo de pontos de vista individuais e sem qualquer critério. Não se pode referir aqui meramente à lógica. Esta, aliás, como instrumento formal serve não apenas à filosofia, mas também a qualquer tipo de discurso científico. É ensinada na disciplina e certamente é indispensável na medida em que é um princípio de racionalidade do discurso – e a filosofia se faz discursivamente. Mas para além da estrutura formal, a filosofia tem outros caracteres que afirmam sua peculiaridade frente aos demais tipos de conhecimento. Trata-se, neste sentido, de tentativas racionais de resposta a perguntas especiais – filosóficas.

Relativamente ao último objetivo estabelecido para o estágio, trata-se, em princípio, de uma possibilidade de aplicação daquilo que é oferecido nas aulas de filosofia. Requer domínio formal, mas também o domínio sobre problemas que são especificamente filosóficos, além do conhecimento da maneira como foram tratados ao longo da tradição. Porém exige mais um passo fundamental no fazer filosófico: a escrita, sendo esta conforme os critérios e características filosóficos.

Pensando e visando a estes objetivos, estabeleci supostos e práticas essenciais para um trabalho minimamente coerente com minhas perspectivas. Assim, sempre busquei partir de questões concretas ou – caminho inverso – contextualizar o problema filosófico proposto a algum aspecto possivelmente relevante para os alunos. Relativamente à tradição filosófica, específico que todas as unidades curriculares desenvolvidas no estágio tiveram respaldo de pelo menos um texto “clássico”. Quanto à escrita, era realizada pelos alunos como expediente de avaliação ao final de cada unidade trabalhada. Enfim, estes dois aspectos: *uso de textos filosóficos* e *escrita* constituem o estopim para o problema que aqui exponho. Foi especialmente a partir desses elementos que passei a questionar sobre as possibilidades e os limites da compreensão dos estudantes em relação à disciplina de filosofia.

A compreensão

Quando se afirma que há problemas relativos à compreensão *da filosofia*, parece que se trata de um campo extremamente abrangente e logo, muito vago. Mas esta expressão pode e será desmembrada, na medida em que subentende uma série de *graus* e possibilidades de compreensão. Por exemplo, o ponto suscitado pelas minhas práticas está intrinsecamente ligado às deficiências, comumente percebidas, de uma parte considerável dos estudantes em relação à leitura e escrita. Desta forma, a compreensão se refere a um aspecto bastante primário – porém importante em aulas que têm o texto como referência primordial –, qual seja, a apreensão da estrutura, do vocabulário, da intenção de um texto. Entendo, porém, que esta perspectiva se estende quando referimo-nos a *textos filosóficos*, porque, como já vem sendo pontuado, há diferenças determinantes entre estes e outros tipos de texto. Por conseguinte, a pergunta fica mais complexa: “qual é o grau de compreensão desses alunos sobre o ‘texto filosófico’?” (Neste ponto ainda será necessária uma breve reflexão sobre *leitura* e *escrita filosóficas*).

Outra questão diz respeito à construção, pelos estudantes, de uma definição de filosofia a partir de sua experiência em sala de aula. Será que estes alunos serão capazes de dizer o que é filosofia a partir das aulas que têm no ensino médio? E se tiverem uma resposta, ela será condizente minimamente com a realidade desta disciplina? Aqui, compreensão toma um sentido de capacidade de síntese; “compreender a filosofia” significa poder definir seguramente e explicar o que é a filosofia. Óbvio é que sequer depois de quatro anos de dedicação, falar sucinta e claramente o que seja a filosofia é

uma tarefa fácil, mas não é este ponto que entra em questão. Minha preocupação diz respeito antes à figura que estes alunos montam a partir do que ouvem, lêem e discutem nas aulas. Em outras palavras, o professor deve levar em conta que a filosofia constitui-se para o estudante a partir das formas como é trabalhada em sala de aula.

Minha tentativa de resposta a este último aspecto: inevitavelmente, o aluno sairá com uma opinião e ainda bem, senão, pouco valeriam as aulas. Filosofia no ensino médio não é uma antecipação de conhecimentos acadêmicos; é a oportunidade de acesso, ainda que inicial, mas fundamental, a mais uma forma de conhecimento; é a oportunidade de realização de uma atividade eminentemente crítica e construtiva. Neste sentido, no ensino médio deve-se *fazer filosofia*. E esta atitude implica seriedade, honestidade intelectual e empenho por parte do professor. Estão, pois, nas mãos dele, as práticas que formarão as concepções dos estudantes e primordialmente através dele se dará o filtro entre o jovem curioso, ou nem tanto, e os temas, as respostas e as diversas formas da filosofia.

Ler e escrever como *atividades filosóficas*

Fazer filosofia, por sua vez, implica uma perspectiva de filosofia como *atividade*. Neste sentido, ao professor não caberá levar as aulas como mera *explicação* e exposição dos textos e filósofos. “Falar sobre” não constitui ação suficiente para realizar a aula. Esta, ao contrário, apenas se realizará na medida em que os alunos estiverem também pensando, investigando e produzindo. O texto, então, torna-se peça essencial porquanto é a partir dele que se pensa, investiga e produz. Conseqüentemente, um trabalho em filosofia diz respeito à *análise* e *interpretação* do texto. O professor deverá, portanto, preocupar-se com o desenvolvimento instrumental e formal oferecido pela filosofia para realizar este tipo de análise e, sob a interpretação está a possibilidade de *recriação* e *produção* filosófica – tomando sempre em conta que, por tratar-se do ensino médio, condiz com um grau diverso do que pode ser cobrado no nível acadêmico, na medida em que a bagagem de leituras e informações, assim como o amadurecimento conceitual e mesmo o amadurecimento existencial, mudarão entre o ensino médio e o superior.

Análise e interpretação constituem modos de *leitura filosófica*. Engendra-se aqui, uma distinção entre leitura e esta forma especial de leitura e, por consequência, a atenção do professor deve discernir entre estas duas esferas. Infelizmente, na escola, constantemente tem-se que voltar para as questões mais básicas de leitura. Os alunos

têm grande dificuldade – não com exceções, claro, mas em uma boa parte – em ler qualquer forma de escrita, seja informativa, didática, de literatura. Não apenas há casos mais graves, em que a interpretação é extremamente precária, mas há casos em que simplesmente há negligência (textos longos, por exemplo, são renegados). Mas este aspecto, como já foi dito, difere da leitura que deverá ser engendrada na disciplina de filosofia. Esta, pois, diz respeito a uma forma especial de observação do texto. A escritura filosófica apresenta caracteres que a diferenciam das demais, então, a leitura deve primariamente consistir na identificação de tais caracteres. Um texto filosófico é sempre uma tentativa de resposta a algum problema; é uma tentativa racionalizada. Àquele que investiga em filosofia cabe, portanto, encontrar esta resposta e entender seu caminho argumentativo. A forma de compreensão relativa à leitura filosófica, portanto, diz respeito a essa capacidade de perceber elementos e movimentos próprios de cada texto. No entanto, como será possível que alguém que mal interpreta um texto conforme as noções básicas que requer, pode chegar a uma forma de interpretação no grau exigido em filosofia?

O fazer filosófico constitui-se também de um momento de produção. Se a escrita é o pensamento filosófico efetivado, então, assim como a leitura, é parte essencial desta atividade. Na escola ainda, ela torna-se uma forma de verificação justamente do nível de compreensão de cada aluno. É importante pedagogicamente e filosoficamente. Mas assim como a leitura, e talvez de forma mais enfática, a escrita dos alunos demonstra uma precariedade inquietante. Mais uma vez, cabe ao professor distinguir entre escrita meramente descritiva ou opinativa e a escrita filosófica. Destaco aquelas duas possibilidades porque são as mais comuns entre os estudantes. Normalmente eles elaboram textos comentando o assunto da aula de forma bastante fragmentária, sem recorrência aos textos oferecidos, e a partir de pontos de vista buscados do senso comum e acríticos. Além disso, nota-se uma grande dificuldade – talvez não da maioria, mas da média geral da turma – em aspectos fundamentais da linguagem, como ortografia, concordância e coerência textual. Um problema sobressai-se: de que forma distinguir uma escrita ruim de uma escrita que minimamente demonstre um saber filosófico?

Por outro lado, se a leitura filosófica se constitui na observação de elementos peculiares e essenciais do texto, a escrita, por conseguinte, será a *reprodução* destes caracteres. O aluno, desta forma, deve conseguir defender sua tese (a resposta que ele dá ao problema posto) argumentativamente. Mais uma vez, a importância do texto clássico

se sobressai na medida em que só nele é que o estudante poderá acessar a forma e também o conteúdo da escrita filosófica. Entenda-se que, sim, é possível que o estudante realmente encontre neste ou naquele argumento uma boa alternativa para defender sua proposição – e se o estudante apenas fizer isso, já é um imenso ganho, frente à dificuldade que eles encontram em fazê-lo... Mas cabe ressaltar que por reprodução não se entende uma mera cópia dos mesmos argumentos utilizados por um célebre pensador e sim a habilidade de escrever filosoficamente.

O professor de filosofia

Retomo então, alguns pontos fundamentais para a constituição e tentativa de resposta à questão sobre a *compreensão da filosofia*: a) a filosofia é produto de questões *humanas* e, portanto, faz parte da realidade dos estudantes; b) é sempre uma *resposta* a um problema que surge a partir destas questões; c) ela se efetiva através do *texto*; d) e constitui uma *atividade*; e) portanto, a filosofia se realiza pelo *ler* e *escrever* filosóficos. Desta forma a *compreensão* – entendimento, assimilação, domínio – da filosofia depende, em princípio, do desenvolvimento destas habilidades referentes ao texto. Não obstante, visto a distância de muitos estudantes em relação ao hábito da leitura e escrita e concomitantemente, a sua grande dificuldade de interpretação, corre-se o risco de transformar uma aula de filosofia em algo sem qualquer sentido para eles. Não há como estabelecer uma dependência necessária entre a *compreensão* da filosofia e a mera *compreensão instrumental* de textos. Em contrapartida, a própria interpretação depende de algo externo ao escrito. Na medida em que a filosofia se constrói a partir de problemas e questionamentos, há necessariamente que se ter acesso a eles para entender sobre o que os textos falam. Infelizmente, não é sempre que um filósofo explicita a pergunta que suscitara sua tese. Assim, em sala de aula, para a própria investigação do texto, devem-se buscar os motivos (filosóficos e não históricos ou psicológicos) que levaram a dada resposta.

Mas ainda aqui, fala-se apenas de condições para a *apreensão* dos textos. No entanto, ressaltar a importância do fazer filosófico pelos próprios estudantes significa dar oportunidades – para além da correta observação de respostas clássicas nos textos filosóficos – para que eles produzam conceitualizações e justifiquem racionalmente seus próprios pontos de vista. Ora, se a filosofia, na forma de um processo, se realiza pela problematização, resposta ao problema e justificação da resposta, cada um destes momentos deve ser levado em conta e reproduzido pelo estudante. Assim, é papel do

professor oportunizar o momento de problematização, ou seja, de criação de perguntas filosóficas pelos alunos. Mostra-se, então, que esta pergunta parte sempre de questões concretas para o indivíduo, questões que de alguma forma o inquietam. No ensino escolar, até mesmo por questões didáticas, os problemas deverão desta forma, sempre que possível, partir de entre os alunos. É o momento de o professor comprovar que mesmo eles poderão criar perguntas de índole filosófica. Mas este processo cobra do professor uma habilidade em reconhecer os problemas legitimamente filosóficos por entre as questões de seus jovens alunos; por conseguinte, um campo de conhecimentos bastante vasto e complexo para que encontre na tradição as fontes necessárias para a investigação do problema; assim como a habilidade em trabalhar com uma forma metodológica em certa medida imprevisível ao levar em conta os movimentos do pensamento dos alunos, coletivamente. Prevê-se aí a necessidade de estudo, preparação, pesquisa e atualização por parte do professor. Percebi isso durante o estágio, porquanto tive que estudar tudo “novamente”. Em primeiro lugar, porque não necessariamente os problemas filosóficos foram contemplados durante a graduação, e depois, porque esses problemas devem ser desvinculados da maneira como foram transmitidos na academia.

Enfim, penso que a compreensão da filosofia e dos textos filosóficos depende de uma série de elementos que, apesar de suas peculiaridades, estão em conjunto e são inseparáveis. Quanto à leitura e a escrita e os problemas cotidianos relativos a elas, resta ao professor a persistência e a criação do hábito com os alunos de exigi-las sempre, como formas essenciais do fazer filosófico. Por conseguinte, se estes alunos saírem da sala de aula dizendo-se capazes de pensar filosoficamente e engendrando questões e idéias próprias, e de forma crítica, certamente se estará bem perto daqueles objetivos que dizem respeito à autonomia e um tipo de atitude que se entende por filosófica.

Referência bibliográfica

COSSUTTA, F. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos.** São Paulo:Martins Fontes,1994.

GALLINA, Simone F. da Silva. **O ensino de filosofia e a criação de conceitos**. In: CADERNOS CEDES – A filosofia e seu ensino. Campinas, vol. 24, nº 64, set./dez. 2004. P. 359-371.

PORTA, M.A. **A filosofia a partir de seus problemas** – São Paulo: Edições Loyola, 2002.